



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2013/SEMA/MT

PROCESSO N.º: 397487/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO STORAGE E SWITCH.

RECORRENTE: MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

RECORRIDO: O PREGOEIRO.

ASSUNTO: PARECER DO PREGOEIRO SOBRE O RECURSO.

O ESTADO DE MATO GROSSO por intermédio da SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL, neste ato representado por seu Pregoeiro, Sr. Jefferson Lopes de Souza nomeado pelo Ato Nº 13.143/2009 – SEMA/MT, publicada no D.O.E. do dia 14 de outubro de 2009, vem em razão do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 04.398.417/0001-05, com sede a Rua Barão de Melgaço, 2800 – Centro Sul, Cuiabá-MT, analisar suas razões, para, ao final, decidir motivadamente a respeito conforme segue:

1. RELATÓRIO DO PROCESSO LICITATÓRIO

No dia 06 de dezembro de 2013, às 14h26min, Ata 4, deu-se a abertura do Pregão supramencionado, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de 01 (Um) Storage, 02 (Dois) Switch San, objetivando atender as necessidades do(a) SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE/MT, conforme especificações descritas no Anexo VII deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Esta equipe de Pregão, em atendimento ao art. 48, §3º, da Lei 8.666/93, e por recomendação da Secretaria de Estado de Administração, excluiu as propostas inválidas, apresentadas na primeira sessão, que ocasionou à desclassificação de ambas as empresas, e, assim, foi remarcada reabertura de sessão para apresentação de novas propostas, escoimadas dos vícios que as invalidaram.

Participaram do certame as empresas: **MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA** e **CLICK TI TECNOLOGIA LTDA – EPP**.

Na sessão de reabertura procedera-se a abertura dos envelopes das novas propostas de preços.

A proposta foi analisada e rubricada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, neste ato presente, após, foi dado vista aos licitantes presentes, que também as rubricaram.

Não obstante a apuração das propostas, a empresa **MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, foi declarada desclassificada pelo motivo: após a análise da proposta, a equipe técnica entendeu que a mesma atende ao ITEM 1.5.3 desde que seja fornecido e instalado no site da Cepromat mais um equipamento V7000 para atualizar o VNX 5500, a fim de garantir a replicação dos dados sem consumir ciclos de CPV dos servidores de aplicação e, não atendia ao ITEM 1.5.9, ou seja, não faz tierização nas três camadas de disco (SAS-NL-SAS 15K e SSD), conforme descrições acostadas no processo em fl. 1.230v.

Corroborando com o acima exposto, lançada e apurada a proposta, foi classificada apenas a empresa presente, **CLICK TI TECNOLOGIA LTDA – EPP**, com proposta inicial no valor de R\$ 670.000,00 (Seiscentos e setenta mil reais), no qual a referida ofertou lance único no valor de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais).

Assim, foi aberta a habilitação da empresa classificada, a **CLICK TI TECNOLOGIA LTDA – EPP**, o pregoeiro observou que constava uma certidão vencida no

2
Rf



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

cadastro geral de fornecedores – CGF, quanto Certidão Negativa de Débitos Municipais, conforme passamos a descrever em linhas abaixo.

Nesse momento o Sr. Raul, declarou que entregou em tempo hábil toda a documentação a SAD para o devido cadastro, que por certo havia algum engano, invocando os direitos elencados na Lei 123/2006, que trata de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, reclamando assim, abertura de prazo para apresentação da documentação fiscal ora solicitada.

Considerando que a documentação de habilitação acostada nos autos, referente ao Balanço Patrimonial entregue pela empresa classificada, demonstra um faturamento bruto em 2012 no valor de R\$ 8.408.442,31.

Em relação ao cadastro de fornecedores na SAD, foi designado de imediato uma Equipe de Licitação para fazer a diligência com vista a esclarecer sobre a questão levantada, sendo explanado o resultado da diligência realizada pela SEMA junto a Secretaria de Administração de Estado - SAD, referente ao prazo de validade do referido documento, no qual foi descrito da seguinte forma: “O Sr. Thiago Faber de Siqueira, constatou que aquele órgão não havia atualizado o Cadastro Estadual de Fornecedores a época. Sendo realizado bem posteriormente a entrega dos documentos conforme documentos oriundos da diligência acostados aos autos.

Ficando claro que a empresa licitante cumpriu com sua obrigação na apresentação junto ao Cadastro Geral de Fornecedores da SAD em tempo, só que por falta de atualização daquele órgão, constou desatualizada a documentação fiscal referente ao município.

Por sua vez, a empresa licitante MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, manifestou o interesse de recorrer sob a alegação que os documentos apresentados pela empresa classificada não estão na forma da lei, referente a Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Os memoriais com as razões do recurso da empresa MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA aportaram na Gerência de Processos de Aquisições – GPA, da SEMA/MT no dia 10 de dezembro de 2013 recebido por esta Gerência, sendo encaminhado via e-mail uma cópia das Razões do Recurso para a empresa CLICK TI TECNOLOGIA LTDA – EPP tomar conhecimento e as providências que julgar necessária, começando a correr a data para a apresentação das contrarrazões dia 12/12/2013.

Em síntese, é o relatório.

**2. DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE
INTENÇÃO DE RECURSO**

A empresa CLICK TI TECNOLOGIA LTDA – EPP, na fase de “Credenciamento” apresentou Declaração que é Empresa de Pequeno Porte e solicitando os benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 ocorre que em seu Balanço Patrimonial consta receita bruta no valor de R\$ 8.408.442,31, por tal motivo o Pregoeiro e sua equipe de apoio se reservou a fazer diligência na SAD quanto ao documento fiscal desatualizado no Cadastro Geral de Fornecedoros, visto que a empresa licitante não possuía, assim, direito aos benefícios da LC nº. 123/06, destarte:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

1 - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual prevista no inciso II do caput fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais ressalvados o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12."

A Lei reza ainda, que empresa de pequeno porte que sofrer o desenquadramento no ano corrente, conforme o prescrito no parágrafo 9º do art. 3º acima transcrito ficará excluído no mês subsequente a ocorrência do excesso da receita bruta, e conforme já decidido reiteradamente pelo Tribunal de Contas da União, cabe a própria empresa requerer junto a Junta Comercial o seu desenquadramento conforme julgado do TCU, vejamos:

"O enquadramento, o reenquadramento e o desenquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte são efetuados com base em declaração do próprio empresário, perante a Junta Comercial competente".

A participação em licitação reservada a microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), por sociedade que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, isso porque **"a responsabilidade pela atualização e veracidade das declarações de pertencimento às categorias acima compete às firmas licitantes"**. Foi esse o entendimento defendido pelo relator, ao examinar representação formulada ao TCU contra possíveis irregularidades perpetradas por empresas em licitações, as quais teriam delas participado, na condição de ME ou EPP, sem possuir os requisitos previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e no Decreto Federal n.º 6.204/2007. De acordo com a unidade



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

técnica, “o enquadramento como ME ou EPP depende de solicitação da própria empresa, junto ao presidente da respectiva Junta Comercial do estado da federação onde se localiza, requerendo o arquivamento da ‘Declaração de Enquadramento de ME ou EPP’, conforme o inciso II do parágrafo único do art. 1º da IN-DNRC nº 103/2007. Do mesmo modo, cabe à empresa solicitar o desenquadramento da situação de ME ou EPP, de acordo com a alínea c.2 do inciso II do parágrafo único do art. 1º da mencionada IN”. [...] caberia à Rub Car Ltda., após o término do exercício de 2006, dirigir-se à competente Junta Comercial para declarar seu desenquadramento da condição de EPP [...]. Isso porque naquele exercício, [...] a referida empresa extrapolou o faturamento de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), que permitiria ser mantido seu enquadramento como EPP no ano seguinte. [...] Ademais, não seria necessário – nem cabível – que alguma entidade – mesmo a Receita Federal – informasse à empresa que ela perdeu a condição de EPP, como pretendeu a Rub Car Ltda., já que o enquadramento, o reenquadramento e o desenquadramento são efetuados com base em declaração do próprio empresário perante a Junta Comercial competente [...]”. Ao concordar com a unidade instrutiva, o relator ressaltou a má-fé da empresa, uma vez que, “agindo com domínio de volição e cognição”, ocorreu ao certame apresentando-se indevidamente na qualidade de EPP. Nos termos do voto do relator, deliberou o Plenário no sentido de “declarar, com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.443/1992 e no inciso IV do art. 87, c/c o inciso III do art. 88 da Lei nº 8.666/1993, a inidoneidade da empresa Rub Car Comércio de Autopeças e Fundição Ltda., para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de dois anos”. Acórdão n.º 2578/2010, -Plenário, T54/2010-2, rel. Min. Walton Alencar R2010.

Quanto à necessidade de mudança de enquadramento legal da empresa, para que esta não se beneficie de direitos específicos das microempresas e empresas de pequeno porte, por sua vez, o Tribunal de Contas Acórdão n.º 2924/2010-Plenário, TC-007.490/2010-0, entendeu que:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

“Participação de empresa, em processo licitatório, como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), sem possuir os requisitos legais para tanto, pode ensejar a sua declaração de inidoneidade”.

Em sede de representação, foi apurada a possível participação indevida de empresa em licitações públicas, na condição de ME ou EPP, sem possuir os requisitos legais necessários para tal caracterização. Em seu voto, com relação à empresa supostamente beneficiada com o enquadramento indevido, o relator ressaltou ter ficado comprovado “que seu faturamento bruto era superior ao limite estabelecido para o enquadramento como pequena empresa, que a empresa não solicitou à época a alteração de sua condição e, por fim, que participou de procedimento licitatório exclusivo para micros e pequenas empresas, vencendo o certame, beneficiando-se de sua própria omissão”. Ao não declarar a mudança de enquadramento legal, a empresa “descumpriu o art. 3º, § 9º, da Lei Complementar nº 123/2006, o art. 11 do Decreto nº 6.204/2007 e o art. 1º da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio nº 103/2007”. Essa omissão possibilitara à empresa “benefícios indevidos específicos de ME ou EPP e a obtenção, na Junta Comercial, da ‘Certidão Simplificada’, documento que viabilizou sua participação em licitações públicas exclusivas para ME ou EPP”. Embora tenha considerado grave a omissão da empresa em informar o seu desenquadramento, o relator, em razão da baixa materialidade dos valores envolvidos nas licitações analisadas, entendeu suficiente a expedição de alerta à aludida empresa no sentido de que “a repetição da infração ensejará a declaração de sua inidoneidade, impossibilitando que contrate com o Poder Público por até 5 anos”, no que foi acompanhado pelo Plenário. Acórdão n.º 2924/2010-Plenário, TC-007.490/2010-0, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 03.11.2010.

Dito isso, analisando o tema, Marçal Justem Filho argumenta que:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

“Em princípio, o ônus da prova do preenchimento do benefício dos requisitos para fruição do benefício é do interessado. Aquele que pretende valer-se das preferências contempladas na LC nº 123/2006 deverá contemplar a titularidade dos requisitos necessários, Já o ônus dos fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do terceiro usufruir dos benefícios recairá sobre quem arguir a existência de tais fatos”.

Considerando que a apresentação do Balanço Patrimonial demonstra a receita bruta da empresa e, este sendo um critério econômico-técnico qualificador da empresa como microempresa ou empresa de pequeno porte. Ressaltamos o caráter objetivo de tal verificação, o que relativizaria o caráter formal de comprovação de tal condição.

Assim, não cabe a esta Comissão de Licitação emitir juízo de valor, cabendo sim “...tipificação competente tão somente ao juízo natural”, conforme inserto retirado da página da internet, endereço: [jus.com.br/artigos/22396/brèves-consideracoes-sobre-a-inabilitacao-de-microempresas-que-nao-comprovem-essa-condicao-em-processo-licitatorio-de-p...](http://jus.com.br/artigos/22396/br%C3%A8ves-consideracoes-sobre-a-inabilitacao-de-microempresas-que-nao-comprovem-essa-condicao-em-processo-licitatorio-de-p...), e encerra assim “As atribuições do pregoeiro restringem-se ao âmbito administrativo e enquanto perdurar o certame”.

Desta forma, a Comissão de Licitação comunicará ao Secretário de Estado do Meio Ambiente quanto à ocorrência do fato, ao qual deverá tomar as medidas cabíveis.

3. DA ANÁLISE DA ÁREA DEMANDANTE (ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PROPOSTA) COM RELAÇÃO AS RAZÕES APRESENTADAS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Após apresentadas as razões recursais pela empresa MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, o Pregoeiro solicitou uma posição técnica da Coordenadoria de Tecnologia da Informação da SEMA, nas pessoas dos srs. Jadiael de Siqueira Diniz, Hortêncio Paro Júnior, Haroldo Kenji Yoshida e Armando Roque Ferreira Pinto, ao qual obteve a resposta transcrita abaixo, referente a desclassificação da proposta de preços quanto a especificação técnica, destarte:

“.... Durante a sessão, questionamos esse fato e nos foi respondido que quando não existe disco SSD, essa camada SAS 15K atende o quesito de performance de CACHE, mas o ponto é, foi solicitado o referido disco SSD.”

Esclarecemos que a equipe técnica não respondeu que na falta de disco SSD a camada de discos SAS 15K atende o quesito performance e sim que **na insuficiência** de discos SSD devido ao seu alto custo a camada SAS 15K pode ser utilizada para melhorar o I/O.

“.... e não foi encontrado nas razões recursais nenhuma informação que demonstre que houve erro de análise na inabilitação da proposta da empresa Maxmar referente ao item 1.5.9 anexo I do edital.”

É tudo o que se tem a relatar.

*Assinado por: Jadiael de Siqueira Diniz
Cargo: Coordenador de Tecnologia da Informação*

Cuiabá, 19 de dezembro de 2013.


Jefferson Lopes de Souza
Pregoeiro Oficial da SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, ante os fundamentos da informação do Pregoeiro, **DECIDO: CONHECER** do recurso formulado pela empresa Recorrente MAXMAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, para, no mérito, **IMPROVÊ-LO em todos os seus pedidos**, mantendo, assim, a sua desclassificação, deixando claro que esta Secretaria não se isentará de suas obrigações, devendo serem analisadas a questão quanto a declaração de Empresa de Pequeno Porte da licitante CLICK TI TECNOLOGIA LTDA – EPP, haja vista que seu faturamento bruto encontra-se acima do permitido pela Lei Complementar 123/2006, comunicando este fato ao Secretário de Estado do Meio Ambiente para que seja tomada as medidas cabíveis.

É como decido.


BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
Secretário Adjunto Executivo do Núcleo Ambiental

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** a presente decisão, referente ao Recurso do Pregão nº. 011/2013/SEMA/MT, oriundo dos autos do Processo nº. 397487/2013.


JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO
Secretário da Secretaria de Estado de Meio Ambiente